

**Quem fará a mediação?:
um estudo sobre a produção acadêmica do Grupo Trabalho e Educação**

Alexandre Maia do Bomfim
alexma@uol.com.br – PUC-Rio

Resumo

Este artigo analisa 132 trabalhos dos apresentados ao GT Trabalho e Educação da Anped, entre 1995 (18ª reunião) e 2004 (27ª). A proposta é a de constituir uma interpretação e contribuir, por conseguinte, com uma avaliação da produção escrita do GT para este período. A construção dessa interpretação acontece a partir de questionamentos à leitura da totalidade dos textos e na busca das esperadas contradições. O estudo entendeu que no GT há a influência de um marxismo “integral”, que há abundância de trabalhos teóricos e que os trabalhos empíricos se concentram nos estudos de caso da indústria e de seu trabalhador. O presente trabalho procurou problematizar as escolhas feitas pelo GT. A análise percebeu que os maiores desafios para o GT estão no diálogo com a Escola Básica, na reflexão das políticas públicas, nos estudos de setores não-industriais, nos estudos históricos, nas análises macro ou panorâmicas, nos estudos sobre outros temas relacionados à questão do trabalho e na reflexão de experiências alternativas e contra-hegemônicas. Por fim, o artigo questiona uma certa tradição analítico-metodológica que caracteriza o GT Trabalho e Educação e que influencia em suas escolhas e preferências.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Educação e Trabalho.

**Who will make mediation?:
a study about academic production of Labor and Education workgroup**

Abstract

This article analyses a total of 135 academic works of a workgroup of the National Association of Post-Graduation and Research (“Anped” in Portuguese), named ‘Labor and Education’. That works refer to the period between 1995 (the 18th reunion) and 2004 (the 27th). The main proposal is to constitute an interpretation and, subsequently, contribute to an evaluation of the writing production of that period. This constitution arises by questioning the texts as its wholeness and also by searching the expected contradictions. This study found an integral Marxism influence, a large quantity of theoretical researches and empirical researches focused on case studies about industry and its workers. The present article attempted to put in doubt the choices made by the workgroup. The analysis led to the conclusion that the workgroup greatest

challenges are on the dialogue with Basic School, on the reflection about government educational policy, on non-industrial sectors studies, on historical studies, on macro analysis, on peripheral themes around labor studies about labor and on the reflection of alternatives experiences. Finally, this article reviews the analytic and methodological tradition of the workgroup 'Labor and Education' that influences its choices and preferences.

Keywords: Labor and Education. Education and Labor.

1- Introdução: O que está oblíquo?

Este artigo analisa a produção literária de um grupo acadêmico, o Grupo de Trabalho nº 9, *Trabalho e Educação* (GT T&E), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). A intenção primeira é apreender, na leitura dos textos desse GT, o que é recorrente, singular, consensual; mas, também: contraditório, apologético, aporético etc. Esta tarefa é parte integrante de uma pesquisa de doutoramento em educação, que tem esse GT como *locus* de investigação.

As fontes são os próprios trabalhos desse GT, disponíveis nos *CD-ROM* (ops. cit.) da Reuniões Anuais (RAs) da Anped, da 18ª (1995) até a 27ª (2004); disponibilizadas pela própria associação em seu escritório. Para os argumentos aqui expostos foram lidos e fichados 132 textos, retirados dos CDs de forma que pudesse constituir uma amostra significativa¹.

1.1- Nossas categorias

O movimento de análise que se seguirá não será exatamente sobre um documento ou alguns. Na pesquisa que originou este artigo foram retirados trechos dos documentos na forma de “depoimentos”, que aqui não serão expostos mas estão subentendidos, aqui apresentamos a nossa interpretação do “hipertexto” do “autor institucional”, que é o GT T&E. Para isso tomamos como “hipertexto”: a conexão que se pode estabelecer entre os diferentes textos (as partes) que tenham algum plano/alguma base em comum. E por “autor institucional” entendemos que seja o próprio GT T&E quando produz esse hipertexto, não sendo simplesmente a soma dos autores individuais do GT ainda que resultante deles, mas sim um “autor” que ganha contornos e especificidades próprias, de modo que “todos esses diferentes textos podem ser vistos como um corpo textual a ser investigado em termos de sua própria

¹ O total contabilizado de trabalhos que tínhamos disponíveis nos CDs era de 177, incluído os pôsteres. Havia trabalhos que não estavam disponibilizados ou continham problemas no acesso (eletrônico), não obstante o número de trabalhos estudados é suficiente (132), representando mais de 74,6% da totalidade dos trabalhos.

coerência.” (ECO, 1997, p. 164). Entre outros desafios metodológicos, não há como saber/medir como estes documentos/trabalhos foram recebidos no GT, o que inegavelmente seria um dado muito interessante, pois apreenderia as tendências, os jogos políticos, a acolhida, o rechaço do grupo, etc. Porém, isso não é possível e nem é o escopo deste estudo. A análise aqui é sobre aquilo que fica registrado nos anais. Ainda que tomada essas precauções, vale trazer a contribuição de Kosik (1976, p.141):

Na grande maioria dos textos chegados até nós, reportamo-nos ao próprio texto e nem sempre há suficientes informações sobre as opiniões subjetivas dos autores. (...) O texto, porém, pode dizer alguma coisa diferente dos testemunhos [a opinião subjetiva dos autores]: pode dizer mais, ou menos, a intenção pode não se ter realizado ou ter sido ultrapassada, e no texto (na obra) há *mais* do que o autor pretendia.

O estudo que aqui se faz opta por tomar os documentos do GT T&E por dentro e no diálogo que fazem com os autores cujas obras são reconhecidas pelo próprio GT ou pela área de Trabalho e Educação, TE. Esta análise caracterizamos como sendo “imaneante”, o que significa apreender o objeto de estudo no que lhe seja peculiar, em seus próprios textos, em seus principais “autores-referências”, em sua própria literatura, em seus próprios argumentos. Assim, o “texto é o ponto de partida da interpretação. A interpretação parte do texto para retornar a ele, isto é, explicá-lo.” (ibid., p.141). Isto significa que as “contradições” que se busca na interpretação da produção do GT T&E vêm da investigação das perspectivas teóricas com que o próprio GT dialoga e valoriza. “Contradições” sendo entendidas estritamente como “inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas.” (BOTTOMORE, 2001, p. 80).

1.2- O GT por ele mesmo: a questão trabalho e educação

O GT T&E caracteriza-se como sendo marxista. Dos trabalhos lidos, 35% deles (ver quadro 1) utilizaram pelo menos uma das obras de Karl Marx, o mais citado entre todos os autores. Assim sendo, eis este aspecto do GT apresentado por duas de suas ex-coordenadoras e atuantes participantes:

Essa base teórica pautada no materialismo histórico segundo Marx traz consigo outro traço distintivo do GT: a visão política centrada no compromisso com a transformação das formas de exploração e amesquinamento do ser humano, geradas pela produção e pela sociabilidade do capital. (TREIN; CIAVATTA, 2003)

Para Trein e Ciavatta, o “GT preserva o espaço plural de discussão” (2003, p.140), ainda que na sua história tenha feito uma clara escolha sobre a sua perspectiva teórico-política:

Inicialmente o GT denominou-se Educação e Trabalho, mas a concepção de trabalho enquanto práxis humana, material e não-material, que constitui o trabalho como princípio educativo... (...). (*ibid.*, p. 144)

Kuenzer, num texto anterior, que também fazia uma avaliação da área TE, mostra de forma ainda mais clara essa opção política:

Reconhecer que o trabalho, na organização da sociedade, é o princípio educativo primeiro, é fundamental para superar a concepção burguesa da relação entre educação e trabalho, na qual a escola deverá articular-se com o trabalho como estratégia de socialização e qualificação do trabalhador, tendo em vista as necessidades postas pelas relações capitalistas, com toda a sua dinamicidade. (1991, p. 92)

Não obstante, Trein e Ciavatta no seu artigo defendem que o GT T&E, embora com um posicionamento político e teórico bem delineado, não se fechou:

(...) Tem prevalecido, contudo, o diálogo e o confronto com os autores que questionam o marxismo ou que trazem contribuições analíticas orientadas para temas emergentes no contexto das transformações do último século, tais como a sociedade consumo, a comunicação, a subjetividade, a presença da imagem e o ideário pós-moderno. (TREIN; CIAVATTA, 2003, p.141).

Shiroma e Campos (num texto de 1997) não se ativeram especificamente na reflexão do GT, mas fizeram um balanço geral das pesquisas na área de TE.

(...) sobre os principais tópicos que, em diferentes momentos, marcaram este debate, em especial: politecnia e polivalência; inovação nos sistemas de produção e demanda por qualificações; centralidade da educação básica; qualificação e competência, por fim, suas implicações para a questão da empregabilidade. (SHIROMA; CAMPOS, 1997, p. 13)

De alguma forma, os “autores-referência” vão propondo uma revisão na direção das pesquisas, e isso não somente por conta de uma nova realidade da sociedade capitalista que certamente está demandando, mas também por possíveis engessamentos teórico-metodológicos da área. Vamos chamando de “autores-referência” aqueles autores mais citados pelos próprios trabalhos do GT T&E, podendo ser incluídos também aqueles que reconhecidamente estão presentes na história do GT, ou aqueles que marcam forte presença na teoria encontrada entre o grupo. Nos

fins da década de 90, Miguel Arroyo, um ex-coordenador do GT T&E, mostrou preocupação sobre as escolhas de pesquisa e conclusões a que o grupo poderia estar fazendo:

(...) O conhecimento acumulado sobre as estreitas relações entre trabalho e educação tem afetado as Políticas Educacionais? Tem contribuído no avanço do movimento de renovação pedagógica que acontece nas escolas? Tem marcado a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? O conhecimento acumulado tem sido incorporado na teoria da educação básica, na educação de jovens e adultos, na formação profissional, na formação de professores, nas reformas curriculares, ou tem alimentado apenas nosso diálogo interno no GT? Quem lê nossos textos? Que práticas educativas motivam? Que aspectos da teoria pedagógica e curricular eles alimentam? O que trazemos para o diálogo com a teoria pedagógica? (ARROYO, 1998, p.140)

Também Kuenzer no mesmo livro (FRIGOTTO, 1998) questiona:

até que ponto a produção do GT tem, de fato, contribuído para o enfrentamento das questões concretas relativas à educação dos trabalhadores, ultrapassando o discurso generalizante, que termina por constituir-se contemplativo?
até que ponto a ida ao mundo das relações sociais e produtivas concretas tem sido seguida pelo necessário retorno à escola, tendo em vista subsidiar a compreensão dos processos pedagógicos escolares e não escolares a que estão submetidos os trabalhadores, e excluídos, em seu processo de alienação/desalienação?
em tempos de globalização da economia e reestruturação produtiva marcados pela crescente exclusão, quem é o objeto de estudo e o compromisso político do GT?
qual tem sido o papel do GT no processo de formulação de políticas públicas para a educação, tendo em vista o interesse e os direitos dos trabalhadores e excluídos? (KUENZER, 1998, p. 74)

Este artigo não toma necessariamente essas questões para si, mas de certa forma acata a proposta de avaliação e revisão das pesquisas da área, percebida na reflexão que esses reconhecidos pesquisadores da área estão trazendo.

1.3 - O que lê o GT?

Agora, à análise sobre as principais referências utilizadas pelo GT T&E. O quadro 1 mostra os autores-referência mais recorrentes:

Quadro 1: Autores-referência do GT T&E da Anped

Autores que obtiveram destaque nos últimos anos do GT T&E	Incidência (percentual em que aparece nos trabalhos)							Média (aprox.)
	Ano 1998 21ª RA	Ano 1999 22ª RA	Ano 2000 23ª RA	Ano 2001 24ª RA	Ano 2002 25ª RA	Ano 2003 26ª RA	Ano 2004 27ª RA	
1. MARX, Karl	50%	36,8%	13,3%	50%	44,4%	35,2%	15%	≅35%
2. FRIGOTTO, Gaudêncio	30%	36,8%	13,3%	10%	50%	23,5%	20%	≅26%
3. MACHADO, Lucília R. de Souza	40%	26,3%	20%	15%	22,2%	17,6%	10%	≅22%
4. BRASIL (GOV)	-	21%	13,3%	20%	22,2%	35,2%	30%	≅20%
5. HIRATA, Helena.	20%	42%	26,6%	-	22,2%	11,7%	15%	≅20%
6. ANTUNES Ricardo	20%	31,5%	-	20%	22,2%	29,4%	10%	≅19%
7. KUENZER, Acácia Zeneida	-	21%	20%	10%	38,8%	-	35%	≅18%
8. LEITE, Márcia de Paula	30%	-	33,3%	10%	22,2%	-	-	≅14%
9. FERRETTI, Celso J.	30%	10,5%	-	10%	22,2%	-	10%	≅12%
10. GRAMSCI, Antonio	30%	15,7%	-	15%	11%	-	10%	≅12%
11. FIDALGO, Fernando	20%	10,5%	-	-	16,6%	-	30%	≅11%
12. GENTILI, Pablo.	-	31,5%	-	20%	16,6%	-	-	≅10%
13. HARVEY, David	-	21%	13,3%	-	11%	-	15%	≅9%

A partir das bibliografias dos trabalhos do GT T&E, disponibilizados nos CDs das Reuniões Anuais da Anped.

A matriz teórica do marxismo se evidencia pelos autores que se destacam. O segundo lugar de Frigotto² acaba reafirmando isso e a sua presença marcante pode estar mostrando como o grupo trabalha com autores constituintes do próprio GT. Desde aqueles que ajudam a constituir a matriz teórica (o exemplo de Marx) até aqueles que constituíram o GT quanto instituição. Frigotto, Machado e Ferretti são ex-coordenadores do GT e Kuenzer, Fidalgo, Hirata, por exemplo, são referências constantes da área assim como participam ativamente das atividades do GT T&E. Hirata é citada no texto de Shiroma e Campos em vários momentos, Trein e Ciavatta também confirmam a importância desta autora para a área. Importante deixar claro que a bibliografia utilizada pelo GT é vasta, percorre vários autores, mas chama a atenção que alguns sejam tão recorrentes aos trabalhos. Autores clássicos que marcaram ou marcam influência sobre a área de Educação no Brasil pouco apareceram, nesses anos analisados, eles se diluem por vários trabalhos e não atingem uma incidência maior do que 5% das referências. Autores como Miguel Arroyo (um ex-coordenador do GT), Luís Antonio Cunha, Habermas, Perrenoud, Sacristán, Tomaz Tadeu da Silva e até Saviani, não chegam a aparecer em 6% dos trabalhos. Alguns outros, aparecem um pouco mais e ficam próximos dos 10%: Lucien Tanguy, Márcio Pochmann, Vanilda Paiva, Mészáros, Lukács, Hobsbawm, Deluiz e Pierre

² Autor identificado com o marxismo, vide esta passagem: *o movimento de legitimação do materialismo histórico como referencial analítico fundamental do campo se fez, particularmente, pelas lideranças incisivas e permanentes de Miguel Arroyo e Gaudêncio Frigotto* (TREIN E CIAVATTA, 2003, p. 141-142).

Bourdieu. Como pode ser visto, a presença também de Mészáros, Lukács, Hobsbawm confirma a opção pelo marxismo, aqui mais contemporâneo.

2 - Analisando os trabalhos do GT: entre os estudos teóricos e os estudos empíricos

A proposta deste artigo foi ler os documentos procurando dar sustentabilidade a uma determinada interpretação. Isto será feito de maneira geral, numa análise horizontal com esses documentos. Como os trabalhos que são apresentados num GT são raramente grandes, uma análise que fosse vertical, individual ou específica sobre cada um deles teria maior chance de cometer equívocos. Destarte, a partir dos 132 trabalhos estudados foi feita uma classificação, quadro abaixo, que nos ajuda a entender a incidência de temáticas e determinados tipos de estudo.

Quadro 2 *Classificação segundo sua incidência para temática e tipo de estudo*

Incidência	Temática	Tipos de Estudo
presença determinante	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos sobre a indústria; ▪ Estudos que consideram estarmos num momento de crise ou de novos paradigmas; ▪ Estudos que denunciam a “(Nova) Pedagogia da Fábrica”; ▪ Estudos que denunciam os (verdadeiros) interesses dos empresários; ▪ Estudos que se relacionam com a educação formal; ▪ Estudos que defendem o marxismo; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos de (um) caso; ▪ Estudos que são essencialmente teóricos;
presença significativa ou razoável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos sobre (de) órgãos, documentos e ações governamentais; ▪ Estudos na fase de projeto; ▪ Estudos (que dialogam) com autores não-marxistas, etc; 	
pequena ou mínima presença	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos que priorizam a fala (a perspectiva) dos trabalhadores; ▪ Estudos do setor terciário; ▪ Estudos com temas “dissonantes” (questões de gênero, cultura, raça, criança, etc.); ▪ Estudos sobre experiências “contra-hegemônicas”, propositivas ou inovadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos macros (de conjuntura, comparativos, de cenário, etc.) ▪ Estudos de pesquisa quantitativa, de mapeamento, de estatísticas (survey, etc.); ▪ Estudos históricos.

Das preferências do GT T&E, os estudos teóricos possuem “presença determinante”. O GT T&E é marcado por este tipo de estudo e com duas características marcantes: a de trazer a

defesa do marxismo e a de debater a crise dos referenciais teóricos ou de paradigmas (até do próprio GT).

2.1 - A teoria que se faz

Os textos teóricos têm uma *presença* (mais do que) *determinante*, segundo a pesquisa e merecem uma atenção especial. Na verdade, os trabalhos acima citados são aqueles que se propunham *a priori* à discussão teórica. Isso significa que aqui não foram considerados os documentos que se propuseram a uma pesquisa mais empírica e acabaram sendo dominados pela parte teórica – o que não foram poucos, considerando a leitura que fizemos. O GT T&E é um grupo marcado pela reflexão teórica. É um grupo marcado pelo marxismo, tanto por sua origem quanto por sua permanente defesa.

Chamamos de “textos teóricos”: os que não partem imediatamente e não têm como perspectiva também imediata a realidade empírica, que se propuseram a fazer reflexões sobre categorias e conceitos, confrontaram autores e obras, revisaram a própria teoria (no caso o marxismo) e tomaram da atualidade somente os conceitos e termos que a explicam.

E para iniciar, eis uma passagem de Acácia Kuenzer no seu livro clássico, *Pedagogia da Fábrica* (1ª edição em 1985):

Sem negar o valor destas obras, que têm contribuído significativamente para colocar a discussão sobre educação e trabalho, a verdade é que, de modo geral, elas não têm acrescentado muita coisa aos textos clássicos, no sentido de apreender como a divisão do trabalho, no estágio em que se encontra o processo produtivo brasileiro, se relaciona com a problemática da educação do trabalhador compreendido como fator de produção. (KUENZER, 2002, p. 17)

Nesta passagem, Kuenzer já mostra uma certa preocupação com os rumos que as pesquisas teóricas podem tomar e, a partir desse alerta, que esta análise prossegue.

A idéia aqui também não é participar da trincheira dos que acham necessário pesquisas mais empíricas, mas sim a de dialogar-com (questionar) esta expressiva quantidade de reflexões teóricas que curiosamente parecem demandar por mais teoria. Kuenzer, novamente, demonstra preocupação a respeito:

(...) vemos os trabalhos caracterizados por tal nível de generalidade que não nos permite avançar nem no entendimento de como as relações se dão concretamente, com sua dinamicidade e especificidade, nem como estas dimensões se articulam e reciprocamente se relacionam em uma totalidade em processo permanente de reconstrução, nem na definição de formas de intervenção na realidade como estratégia de sua transformação. (...) (KUENZER, 1998, p. 63)

Este estudo não parte exatamente deste alerta da professora Kuenzer, pelo menos não imediatamente. Primeiramente, quanto à estratégia de análise, observamos como a teoria está posta, a(s) forma(s) em que se apresenta(m), as disputas que precisa(m) enfrentar, a quem ou o que silencia, etc.

Nossa análise parte de três hipóteses complementares, para explicar a escolha do GT T&E por pesquisas teóricas. A primeira ligada à história dos próprios sujeitos pesquisadores do GT T&E, que não é o objetivo imediato deste artigo. A segunda, de que as escolhas estão sendo influenciadas pela perspectiva teórica hegemônica do GT, e que em parte analisamos aqui. E a terceira, principal deste estudo, de que as escolhas do GT T&E estão ligadas a uma tradição de análise teórico-metodológica que o grupo carrega, desde os seus fundadores (certamente influenciada pela perspectiva teórica, mas que nela não se justificaria unilateralmente).

Um certo marxismo. Demerval Saviani, no prefácio que faz para o livro *Escola de Gramsci* de Nosella (*op. cit.*) traz uma tensão interessante sobre as teorias que tratam do marxismo. Para Saviani, Gramsci tratou o marxismo em termos ortodoxos, ou seja, como uma filosofia integral, enquanto que a “Escola de Frankfurt” teve com o marxismo uma postura heterodoxa, isto é, como sendo uma referência básica, mas não suficiente. Esta pesquisa, obviamente segundo nossa interpretação, nos fez entender que o GT T&E toma o marxismo em termos ortodoxos. Vê-se a opção por esse marxismo desde as referências básicas que os trabalhos utilizam (ver quadro 1), quanto na leitura dos textos teóricos, tanto na opção da denominação do GT que antecipa o termo “trabalho” ao de “educação”, quanto da perspectiva assumida de ter o “trabalho como princípio educativo” etc.

Contudo, vale um alerta, esse tipo de marxismo ortodoxo não necessariamente é hermético, como contribui novamente Saviani:

(...) não se trata de uma ortodoxia à moda religiosa que estiola a doutrina enrijecendo-a e tornando-a impermeável às transformações históricas. Trata-se de uma ortodoxia do método. Assim como Marx exercitou à exaustão o método da análise concreta de situações concretas debruçando-se sobre o processo de nascimento, desenvolvimento, transformações e possível superação do capitalismo, mantendo-se atento a todos os acontecimentos importantes de sua época (...). (SAVIANI apud NOSELLA, 2004, p. 35)

No GT T&E, certamente que não há somente estudos teóricos ortodoxos, há os trabalhos que dialogam com outros autores, com Habermas, com Bourdieu, Adorno, Althusser etc. Porém, o mais recorrente é revisitar os textos marxianos e marxistas. De qualquer forma, como sugeriu Saviani, o importante é saber se os estudos do GT T&E estão ou não considerando outros *acontecimentos importantes de sua época*.

As temáticas que os textos teóricos tratam podem ser organizadas em quatro pilares: 1) o da crise do *Capitalismo Real* (cf. FRIGOTTO, 1995); 2) da proliferação do modelo neoliberal para o capitalismo; 3) da crise que os referenciais marxistas enfrentaram/enfrentam desde o final do século XX com a derrocada do socialismo real; 4) no desafio de ter que responder ao questionamento que outros referenciais teóricos fizeram à centralidade do trabalho como categoria chave para a análise sociológica (ver OFFE, 1989). O professor Gaudêncio Frigotto, por exemplo, um dos autores-referência do GT, no seu livro *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, enfrentou este desafio de responder a Claus Offe, crítico da centralidade do trabalho (FRIGOTTO, 1995). A leitura que, de maneira geral, fizemos mostra que o GT T&E toma autores clássicos, como Marx e Gramsci, como atuais porque o seu objeto de investigação, o capitalismo, não mudou em sua estrutura. Destarte, é agora necessário refletir como se deu e a que resultado se alcançou com as estratégias de enfrentamento que o GT T&E escolheu para enfrentar as novas contendas teórico-políticas.

2.2 - *Os textos de uma determinada pesquisa empírica*

A análise agora se assenta sobre outra preferência do GT, que também possui *presença determinante*: os estudos sobre a indústria, os estudos de (um) caso, os que denunciam a pedagogia da fábrica e os que denunciam os (verdadeiros) interesses dos empresários. São muitos os trabalhos que fizeram exatamente isso: estudaram uma determinada experiência de indústria para denunciar os interesses explícitos e implícitos da empresa e dos empresários. Tomamos como “trabalhos/textos empíricos” aqueles que debruçaram a investigação sobre a experiência, sobre a realidade concreta do trabalho e dos trabalhadores.

A denúncia da pedagogia da fábrica

Esses itens merecem uma atenção especial, complementando a análise que fizemos com os textos ditos teóricos, porque podem nos revelar se a opção que os teóricos fizeram por um “marxismo ortodoxo” alcança aqui complementaridade. Quer dizer, a questão aqui é saber se os textos baseados em pesquisas empíricas conseguiram complementar ou mesmo compensar o que não alcançaram as reflexões teóricas. Novamente começemos com Kuenzer:

A indagação que se coloca, portanto, é até que ponto a produção do GT Trabalho Educação de fato tem contribuído para o enfrentamento das questões concretas relativas aos processos pedagógicos capitalistas a que estão submetidos os trabalhadores, na escola e nas relações sociais e produtivas. (KUENZER, 1998, p. 57)

A tarefa que boa parte dos trabalhos do GT T&E se propuseram, para o período estudado, foi a de denunciar a “‘Nova’ Pedagogia da Fábrica”, através de um estudo de caso numa indústria de ponta. O eixo de análise que na maior parte das vezes traziam esses trabalhos era mostrar como a implementação de novas tecnologias e modelos organizacionais ia de encontro aos interesses dos trabalhadores. E isso foi feito de variadas maneiras: observação direta do “chão da fábrica”, entrevistas com trabalhadores de baixo e médio escalão, análise dos programas e documentos institucionais, etc. Algo bem semelhante ao que fez Kuenzer em sua tese de doutorado de 1984:

Kuenzer realizou sua pesquisa em uma empresa automobilística situada no Estado do Paraná, com o objetivo de investigar as formas através das quais a fábrica capitalista educa o trabalhador para o trabalho produtivo; seu objeto de estudo é, portanto, a pedagogia capitalista, compreendida enquanto processo educativo que ocorre através das relações de produção, com o qual se articula a educação escolar. (KUENZER, 1991, p. 56)

As denúncias foram feitas, não obstante, o questionamento primeiro que pode ser feito é, o quanto substancialmente conseguiram ser originais em relação à denúncia feita por Kuenzer há mais de 20 anos. Não é que seja dispensável a denúncia dos novos jogos políticos e ideológicos implementados pela atual *pedagogia da fábrica* ou a reedição da *Teoria do Capital Humano* (cf. FRIGOTTO, 1993), mas, pode-se questionar de que forma vale continuar trazendo o conhecimento sobre os interesses implícitos dos “homens de negócio – alguns autores utilizam esta expressão para definir aqueles que dão valorosos préstimos ao capital...” (FRIGOTTO, 1995, p.53). Muitas vezes os trabalhos então sugerem um certo romantismo, como se não devesse esperar dos empresários a busca do lucro, a exploração do trabalho e a competitividade dentro do capitalismo.

Esta questão acima é sintomática, esperava-se realmente que o empresário contribuísse para a construção de um trabalhador omnilateral conforme a concepção marxiana?

Um grande parêntese. Neste momento, novamente vale retomar a forma de análise que escolhemos e as nossas categorias. E mais uma vez com a ajuda de Kosik:

(...) o texto pode desenvolver e desempenhar várias funções nas quais o seu elemento específico não está presente. Pode-se examinar e apreciar os dramas históricos de Shakespeare como testemunhos do seu tempo. (...) Pode-se incluir na história das ideologias dramas, poesias, romances e novelas, abstrair-se da especificidade do seu gênero e examiná-los exclusivamente como manifestações de concepções do mundo. A todos estes modos de proceder é comum o fato de que suprimem ou desprezam a especificidade do texto como obra lírica, ou como romance, novela tragédia, poema épico etc. (1976, p. 144)

Quer dizer, nossa forma de análise procura buscar no conjunto da produção do GT T&E exatamente os aspectos dos textos particulares que não são necessariamente o seu *elemento específico*. Quer sim, apreender os aspectos que por serem recorrentes, ressoantes em vários momentos acabam dando ao hipertexto contornos diferentes (talvez novos) em relação aos textos particulares, para “enxergar a floresta apesar das árvores”. Isto significa que os questionamentos que vamos fazendo recaem principalmente sobre o hipertexto do GT T&E, também como forma de contribuir na sua avaliação e não precisamente sobre as partes que o constitui. Quando sugerimos que há um certo romantismo na produção do GT T&E sobre as expectativas que se cria em relação aos “homens de negócio” está ligado mais à repetição do tema no coletivo de vários trabalhos, do que à competência e ao manejo com que cada um teve ao fazer a sua denúncia.

Toda interpretação já é sempre uma avaliação do texto, seja inconsciente e, portanto, infundada, seja consciente e fundada: a omissão (que varia historicamente) de determinadas partes ou frases do texto como pouco importantes ou pouco significativas, ou até mesmo a incompreensão de algumas passagens (em relação à época, à cultura, à atmosfera cultural) e, portanto, a sua “neutralização” já constituem implicitamente uma avaliação, por distinguirem no texto o que é significativo e o que é menos significativo, o que é atual e o que é ultrapassado, o que é importante e o que é secundário. (KOSIK, 1976, p. 143)

Retomando. Sobre a tarefa de denunciar a “Nova Pedagogia da Fábrica” o questionamento feito não é para saber se cada trabalho particular fez bem a sua denúncia, mas, sim de saber o porquê da insistência nesse tipo denúncia, por conta também das semelhanças dos procedimentos e conclusões que os trabalhos realizam. Este assunto aparece como um *domínio consagrado*³, praticamente um senso comum na área de Trabalho e Educação. Uma crítica interessante a este respeito pode ser vista na passagem a seguir:

Com exceções, ainda bem que elas existem, parte da produção não se afasta do senso comum, porque fomos abdicando do entendimento, que um dia tivemos, de que ao término de uma pesquisa científica não só o pesquisador-cientista necessita saber mais do que sabia ao começá-la, mas porque este mais suscita um novo volume de indagações e impõe a exigência de um novo e maior conhecimento. (SANFELICE, 2005, p. 86)

A característica principal tem sido desenvolver uma pesquisa concentrada num estudo de caso de uma empresa de ponta, colocando em segundo plano outros tipos de estudos, como ateaqueles ligados à rede produtiva, como os estudos sobre o trabalho nas empresas

³ Para contribuir no entendimento desse conceito, abre-se uma exceção para trazer um autor não-marxista, Bourdieu: *conjunto de pressupostos que [mesmo] os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão* (1994, p. 145).

terceirizadas, os dos trabalhadores subcontratados, etc. Kuenzer, mais uma vez pode nos ajudar a entender esta “presença determinante” da denúncia da *pedagogia da fábrica* nos textos do GT T&E, quando ela fazia o prefácio da 4ª edição do seu livro em 1994:

(...) após dez anos continua referência para cursos de formação profissional, discussões nos sindicatos e realização de novos estudos, mostrou que a opção teórico-metodológica feita na ocasião foi adequada, bem como reafirmou o poder explicativo desta vertente para a apreensão cada vez mais aprofundada das relações entre educação e trabalho. (KUENZER, 2002, p.5)

Porém, lá já fazia um alerta às novas pesquisas:

Após dez anos, tenho claro que é absolutamente urgente e necessário retomar com mais força esta questão [de que modo, e a partir de que determinações, o trabalhador desenvolve sua consciência política], buscando elucidá-la teoricamente como condição de avanço da prática política dos trabalhadores, para que eles possam, pelo menos, fazer frente, enquanto interlocutores à altura, aos avanços do capital em suas estratégias de reprodução ampliada através de paradigmas constantemente renovados de gestão e de formas de organização do trabalho, que trazem em seu bojo mecanismo cada vez mais sofisticados de disciplinamento e exploração do trabalhador. (*ibid.* p. 5)

Os trabalhos do GT T&E procuram demarcar bem a fronteira entre os “educadores críticos” (nosso “tipo ideal” antagônico aos “homens de negócio”) e a administração dos homens de negócio. O problema é que muitas vezes os trabalhos só conseguem mostrar uma diferença entre os homens de negócio e os educadores críticos no plano dos princípios, nem tanto pela realidade pesquisada apresentada pelos estudiosos. A administração vai dizer que há uma necessidade de um trabalhador polivalente, com mais estudo, com inteligência emocional para lidar com trabalhos em grupo etc. enquanto que a “pedagogia crítica” dirá que o trabalhador precisa saber que há algo por detrás dessa “boa intenção”. Nestes dois tipos de visão o trabalhador é tratado como alguém pouco crítico de sua própria realidade, incapaz de perceber que *reengenharia* rima com desemprego ou como um alienado, incapaz de entender que o incentivo à sua qualificação não é benevolência do empresário. Pesquisas que mostrassem *terreno de resistência* praticamente não foram vistas nos trabalhos do GT T&E.

Na análise que se fez de vários documentos percebeu-se que uma das preferências do GT T&E é pelo “trabalhador incluído na indústria”. O que chamamos aqui de “trabalhador incluído na indústria” é exatamente o que o termo sugere, aqueles trabalhadores do setor produtivo com carteira assinada, assalariados e protegidos minimamente pelos direitos trabalhistas. Assim, estando o foco de análise no “trabalhador incluído” o desafio é mostrar quais novas pressões está submetido, quais são os seus novos grilhões ou mostrar o porquê desse trabalhador se

deixar cooptar. O problema é que muitas vezes os textos procuram mostrar isso contrariando depoimentos favoráveis feitos pelos próprios trabalhadores à empresa que trabalham (o que na verdade poderia estar significando não uma alienação, mas um entendimento da atual realidade do trabalho).

Talvez as pesquisas precisem considerar que os trabalhadores que mais sofrem com as mudanças advindas da nova base produtiva do capitalismo talvez não sejam precisamente os da indústria. A construção da “denúncia” baseada nos “trabalhadores incluídos” vai ficando bem difícil. E do discurso dos empresários, do qual se desejava distância, com a própria “curvatura da vara”, acaba se aproximando. Assim, percebe-se alguma contradição quando se vê que os *homens de negócio* pedem por um determinado tipo de educação enquanto que os “os educadores críticos” reconhecem que ela não é a ideal, mas é melhor do que nada.

Ainda assim, alguns trabalhos consideraram outros elementos que permeiam a realidade do “chão da fábrica”, conseguiram mostrar novas formas de exploração e desafios por que passam os trabalhadores. Estes trabalhos mostraram não haver um determinismo tecnológico influenciando numa só direção; que em muitas experiências há uma certa manutenção das lógicas fordistas; de que a sujeição do trabalhador a determinadas tarefas, às vezes até mais fragmentadas e cansativas, não se dá por uma simples adesão; de que há elementos a serem considerados, como o subdesenvolvimento de um país, as diferentes políticas, a economia, posicionamento geopolítico, etc. Não obstante, esses trabalhos que nos mostram uma outra possibilidade de estudo ou denúncia foram poucos, isto é, exceções que confirmam a regra.

Enfim, na análise do item sobre os textos teóricos percebemos o quanto eles eram abundantes no GT T&E e tinham por base o marxismo em termos “ortodoxos”. Referências importantes ao GT, como Saviani e Kuenzer mostraram que a maior contradição que pode haver não seria tomar o marxismo como uma filosofia integral (conforme Saviani), mas sim de se afastar da realidade concreta. Agora percebemos que o GT T&E optou pelo setor industrial com seu trabalhador e através de pesquisas baseadas em estudos de um caso, conseqüentemente trazendo a questão: os trabalhos empíricos estão dando a complementaridade necessária aos trabalhos teóricos no GT T&E?

A preferência pelos setores de ponta da indústria

A reflexão aqui vem aprofundar um pouco mais o que foi enunciado no item anterior, que o GT T&E tem preferência pelos setores de ponta da indústria e seus trabalhadores incluídos. Não vem refletir exatamente o porquê da preferência, mas vem minimamente qualificá-la dentro da

realidade de um país subdesenvolvido, dentro da perspectiva teórica hegemônica do GT, dentro da relação que se estabelece com a realidade educacional brasileira e em relação a outros segmentos do mundo do trabalho⁴ atual.

Assim sendo, é possível entender que a preferência da área de Trabalho e Educação (TE) pelo trabalhador da indústria é justificável, não somente pela perspectiva teórica marxista, mas também por outras que precisam tomar como tema o ‘trabalho da sociedade capitalista’⁵. Para o GT T&E, que precisa tomar o trabalho na sua relação com a educação também é justificável a sua preferência pelo trabalhador da indústria, pois certamente estaria nele depositada toda a expectativa de se fazer as principais análises sobre questões de qualificação, formação, complexificação, simplificação, exploração, incorporação de conhecimento e tecnologia, etc. Na sociedade capitalista, é na indústria que se localiza as principais tramas do mundo do trabalho. Apesar dessa argumentação, é importante voltar-se ao que se propõe esta parte do artigo, que é problematizar essa preferência do GT T&E.

Alguns textos justificaram essa preferência pela indústria de ponta, baseada na própria leitura em Marx⁶, em que essa seria um *posto favorável à observação*. A partir disso, pode-se fazer um questionamento a vários trabalhos com abordagem semelhante, presentes no “hipertexto” do GT T&E: em se tratando de um país subdesenvolvido, ainda que apresentado como sendo de ponta, é realmente um posto favorável à observação? Muitos são os estudos, como mostrado anteriormente, que focaram apenas um caso, de uma única indústria, para dar conta de entender as novas relações em seu interior. Kuenzer, em 1998, já acenava para essa peculiaridade dos estudos da área de TE, que aqui nesta pesquisa vai se confirmando:

(...) questão que gostaria de apontar para debate é a necessidade de construir historicamente a categoria reestruturação produtiva no caso brasileiro, não tomando em si, mas à luz do papel que tem desempenhado no âmbito da globalização da economia. Sem aprofundar a discussão entendo que a reestruturação produtiva tem sido tomada de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil (...). (KUENZER, 1998, p. 68)

Portanto, o argumento que é usado para justificar a escolha de uma determinada indústria ou setor pela condição de ser de “ponta” pode trazer em si a contradição de o ser periféricamente. E, por conta disso, necessitaria problematizar com a característica intrínseca, que mesmo tecnologicamente desenvolvida, uma empresa de país periférico está fora dos centros de

⁴ Pode-se perceber que muitos trabalhos do GT T&E utilizam da categoria “mundo do trabalho”; vale conferir o verbete no “Dicionário da Educação Profissional” (FIDALGO & MACHADO, 2000: 219).

⁵ Cf. ARRIGHI, 1996; DREIFUSS, 1997; FORRESTER, 1997; HARVEY, 1996; HOBSBAWM, 1996; entre outros.

⁶ Isto pode ser isto no próprio “Manifesto” (cf. MARX E ENGELS, 1968)

decisão. Certamente que isso não impede qualquer estudo⁷, mas questiona a justificativa apresentada. Destarte, a justificativa do *posto favorável à observação* pode ser temerária à nossa realidade. A representatividade do Brasil, quanto ao emprego industrial, por exemplo, é mínima e esteve na última década em sentido decrescente:

Em 1999, por exemplo, somente 11,5% dos trabalhadores pertencem à manufatura, equivalendo à situação verificada somente na primeira metade dos anos 50 (...). Se a comparação for com o resto do mundo, os sinais de fracasso são ainda maiores. Em 1999, o Brasil havia regredido para uma representação de 3% do total do emprego industrial mundial, sendo 29% abaixo do que era há duas décadas. (POCHMANN, 2002: 158)

Quer dizer, é imprescindível fazer os estudos sobre o setor de telecomunicações, automobilístico, dos setores eletro-eletrônicos e outros semelhantes na realidade brasileira, mas a sua justificativa tem grande possibilidade de estar assentada na sua condição periférica e nem tanto por sua caracterização quanto um setor de ponta.

Um outro ponto que podemos trazer para problematizar sobre a preferência do GT é a percepção de que o número de trabalhadores envolvidos com a indústria (e conseqüentemente demandam por qualificação) é cada vez menor no Brasil. Algo que acaba sugerindo mais um questionamento: será que o GT T&E ao “carregar mais a tinta” na análise do setor industrial não acaba deixando de lado milhares de trabalhadores e trabalhadoras de outros setores que necessitam de novas reflexões? Assim, vale trazer mais uma contribuição do pesquisador Pochmann:

No Brasil, a situação é ainda mais crítica. Com efeito regressivo que decorre da adoção de políticas macroeconômicas nos anos 90, as empresas capitalistas tornaram-se cada vez menos promotoras de emprego. Basta informar que, de um total de 71 milhões de ocupados, menos de 20 milhões de trabalhadores encontram-se submetidos à natureza do emprego privado. (2002, p.106)

De 71 milhões de ocupados, 51 milhões deles estão exatamente fora do que os economistas chamam de empresas capitalistas (buscam lucro e, na melhor das hipóteses, se apresentam ao mercado para competir), pouco mais de 8 milhões (11,5% dos 71 milhões) estão no setor de transformação (POCHMANN, 2002) e um número certamente menor está nos setores considerados de ponta. Talvez a própria realidade esteja propondo uma diversificação maior de estudos.

⁷ Na perspectiva marxista não há empecilho em se estudar qualquer assunto ou lugar, desde que se considere que: *A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes* (KOSIK, 1976, p. 42)

Outros pontos de questionamento à essa preferência do GT de alguma forma também serão apresentados nos outros itens a seguir, que tomarão outros assuntos do GT, mas sempre se voltarão às questões da indústria e também das reflexões teóricas.

2.3 - Os textos que tomam a escola ou a educação formal

Sobre esta relação entre o GT T&E e a educação formal vale trazer os questionamentos de um de seus coordenadores e fundadores, Miguel Arroyo:

O conhecimento acumulado tem sido incorporado na teoria da educação básica, na educação de jovens e adultos, na formação profissional, na formação de professores, nas reformas curriculares, ou tem alimentado apenas nosso diálogo interno no GT? Quem lê nossos textos? Que práticas educativas motivam? Que aspectos da teoria pedagógica e curricular eles alimentam? O que trazemos para o diálogo com a teoria pedagógica? (ARROYO, 1998, p. 140)

A partir desta citação a pesquisa chegou a pressupor que iria encontrar um número pouco expressivo para as questões que envolvessem o “Trabalho” e a “Educação Formal”, mas não foi que ocorreu, a reflexão sobre a “Escola” teve também *presença determinante*.

Não obstante, debruçando-se sobre os trabalhos selecionados percebe-se que o GT T&E toma a “Escola” em seus estudos, mas não a Escola Básica, como já advertia Arroyo, e também Kuenzer:

(...) embora tenhamos avançado significativamente, e com muita qualidade, na compreensão das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, contribuindo para a construção de uma nova teoria sobre a educação nesta etapa de reestruturação do capitalismo, há que indagar até que ponto ainda o mundo do trabalho tem sido seguido pelo necessário retorno à escola. (KUENZER, 1998, p. 71)

E é exatamente sobre este ponto que a análise prossegue.

O diálogo com a Educação Básica

As Escolas Técnicas, as escolas de formação profissional foram as mais estudadas, porém, a Educação Básica num todo só foi em parte contemplada⁸. O Ensino Fundamental, como modalidade específica, praticamente não foi. O *Trabalho como princípio educativo*, portanto, ficou muito mais para as escolas que tinha como princípio *o trabalho imediato*. De forma

⁸ Certamente que para os “educadores críticos” tratar das Escolas Técnicas não significa distanciamento da Educação Básica, do Ensino Médio por exemplo, mesmo porque um princípio teórico-político muito presente é a luta pela Escola Integral, pelo Ensino Médio Integrado (cf. FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Não obstante, chama a atenção na leitura do hipertexto do GT T&E que haja tão poucos trabalhos que tratem das demandas, especificidades da Educação Básica, ou das influências do mundo do trabalho sobre ela.

similar ao que vimos na análise da “Nova” *Pedagogia da Fábrica*, muitos foram os trabalhos que preferiram o estudo de caso, agora sobre escolas, para fazer o seguinte: denunciar como as escolas de formação profissional estariam se adequando aos interesses dos *homens de negócio* e à reestruturação proporcionada pelo Estado neoliberal. Os estudos do GT também preferiram as escolas que tratavam da educação profissional do setor industrial. Na escola básica, só o trabalho docente foi razoavelmente estudado. Enfim, o que os textos mais fizeram foi a denúncia de como os diferentes e atuais governos procuraram adequar a escola técnica à perspectiva do mercado capitalista.

Um ponto em especial chamou a atenção, alguns dos textos que saíram para tratar da escola acabaram por tratar de questões do Estado capitalista. Mesmo porque é um corolário possível. O problema é que muitas vezes a marca do teórico novamente se sobrepôs, até mesmo nos trabalhos que inicialmente não se propunham. O estudo acabava se concentrando no Estado e na sua relação com os interesses dos capitalistas. E de maneira geral o estudo priorizava as reflexões clássicas sobre o Estado. Quer dizer, reflexões, muitas vezes realizadas, não exclusivas à educação e que, o mais importante, nunca foram tratadas de forma uníssona pelos próprios marxistas, em que as questões principais costumam ser as seguintes: O Estado é restritamente representante da classe dominante? Há dentro do Estado a possibilidade da construção da contra-hegemonia? É possível se conquistar dentro do Estado algo a favor da classe dominada? Como estas reflexões clássicas dominaram, muitas vezes os estudos não mostraram como a Escola concretamente reproduzia o Estado, como também, caso preferissem, não mostraram os momentos em que não reproduzia.

Esse movimento pode ser considerado também uma contradição, não pela discussão teórica do Estado em si (como sendo representante ou não da burguesia), mas sim por conta da recorrência e investimento nessa discussão, em que se concentra mais no Estado e menos na escola. Assim, a crítica da escola fica em muitos momentos esvaziada em relação à crítica do Estado. Mesmo aqueles que tomam o Estado como *um comitê avançado da burguesia* podem entrar em contradição quando não mostram, num GT que se propõe a pensar a educação, minimamente as formas de como aparece a reprodução na Escola.

Em outros casos, um pouco semelhante à questão do Estado, esperava-se que o estudo mostrasse como na escola pesquisada se reproduziria nos currículos, na estrutura, nas formas de avaliação, na formação docente etc. novos ou antigos problemas impostos pela gestão e perspectiva teórica hegemônicas. Porém, nem sempre isso foi mostrado, como exatamente se dava a reprodução na escola.

Denuncia-se, por exemplo, que há uma “Nova” Teoria do Capital Humano, que os organismos internacionais são que orientam as políticas públicas, mas não se mostra cuidadosamente como o “novo” deles na verdade não o é, ou de como é diferente do “novo” dos educadores críticos. As diferenças dos *homens de negócio* para os *educadores críticos* existem, mas no discurso ou nos textos se apresentam em muitos casos sutis demais para causar efeito. Ao mesmo tempo em que a escola aparece frágil demais na estrutura do Estado para mudar alguma coisa ou suscetível demais às mudanças da atual base produtiva do capitalismo, deposita-se nela, no final, a esperança de mudar a situação dos trabalhadores. Poucos foram os textos que estudaram experiências de resistência, contra-hegemônicas, de propostas alternativas, etc. poucos apareceram para mostrar outras possibilidades de estudo e ainda assim novamente como exceções para confirmar a regra.

O GT praticamente não estuda a formação/educação profissional que se liga às atividades do setor terciário e do setor primário. Quer dizer, assim como o GT tem preferência por estudar os setores industriais de ponta, para o caso da educação formal prefere as escolas técnicas do setor industrial e tecnológico. Os estudos incidem menos sobre as escolas de formação profissional diversas, como: da área biomédica, da técnico-administrativa, da própria educação (que não se limita à continuada e nem somente a dos docentes), da artística, das escolas agro-pecuárias, das escolas militares, etc.

Por tudo isso, pode-se ratificar o que Arroyo advertira: há poucos estudos sobre escola formal e, pode-se dizer, sobre os impactos que ela sofre do mundo do trabalho, para o ensino médio não-tecnológico, para a educação fundamental, para os outros segmentos e modalidades, para as realidades das escolas públicas quanto para as particulares, etc. Na verdade estudos supostamente importantes para o GT T&E, pois sustentaria ainda mais um de seus posicionamentos político-ideológico, de ter o *trabalho como princípio educativo*.

Muitos dos trabalhos do GT T&E perceberam que era necessário tratar junto das questões da escola também as questões do Estado. Não obstante, outros trabalhos não se ativeram precisamente à crítica direta ao governo⁹. Assim os trabalhos se voltaram à análise de órgãos, documentos e ações governamentais. Não obstante, não foi um tema que teve *presença determinante ou significativa*, mas apenas *presença razoável* (ver quadro 2). De maneira geral, os textos do GT T&E foram críticos ao governo. O governo é geralmente identificado com o ideário neoliberal, antipopular, ligado à classe dominante, voltado às elites. Alguns dos textos

⁹ A noção do estado – não obstante as interpretações diferentes e opostas (...) – é geralmente vista como sendo mais ampla do que a noção de governo. O Estado envolve as ações do governo, mas não pode restringir-se a elas. (TORRES, 2001: 31)

se fizeram no sentido de mostrar como as ações do governo, que muitas vezes se apresenta como isento, traziam por detrás os interesses dos homens de negócios. Experiências, ações ou políticas de algum governo (seja ele federal, estadual ou municipal) que pudessem ter em seu interior algum movimento de contra-corrente, contra-hegemônico ou alternativo, resultados de alguma luta dos trabalhadores ou dos movimentos sociais não aparecem. Não obstante, há algo de curioso nos textos, até naqueles que inicialmente se propunham a uma ferrenha crítica ao governo, no final acabam em conclusões bem mais complacentes com a ação dos governantes. Mais uma vez o questionamento a fazer se assenta na proximidade dos discursos, na válida denúncia dos interesses dos homens de negócio, mas na insistente falta de proposta e de experiências dos educadores críticos e trabalhadores, etc.

2.4 - Os textos com temas dissonantes

Esta pesquisa, desde seu início, tem procurado buscar as contradições internas às próprias escolhas que o GT T&E fez, problematizando e questionando. E estrategicamente começou (nos itens anteriores) com aqueles assuntos e procedimentos que tiveram *presença determinante ou significativa*. Agora a análise recairá sobre os textos que tiveram *pequena ou mínima presença*.

2.4.1- Setor Terciário e Setor Primário

O GT T&E praticamente não estuda o setor terciário, o setor de serviços, mesmo sendo este o que hoje abarca mais trabalhadores, 80% do PEA – População Economicamente Ativa (EXAME, 2003). A análise sobre a preferência pelo setor industrial mostrou em parte essa opção que o GT faz.

Não obstante, autores importantes para a área de TE, Trabalho e Educação, cada vez mais reconhecem a necessidade de se dar uma atenção maior a esta enorme massa de trabalhadores do setor terciário. E dentro da perspectiva marxista:

(...) para avançarmos nesse desenho mais geral do que é classe trabalhadora hoje, é preciso dizer que ela engloba também o conjunto dos *trabalhadores improditivos*, novamente no sentido de Marx. Aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para *uso público*, como os serviços públicos tradicionais, seja para *uso capitalista*. (ANTUNES, 2003: 197)

Nos poucos trabalhos que trataram do setor de serviços houve uma presença um pouco maior da área da Saúde e do setor Bancário. As hipóteses para estas escolhas podem ser várias, como, por exemplo, ligadas ao grande tamanho da área de saúde como à tradição sindical do setor

bancário. De qualquer forma, não pertence ao escopo dessa análise verificar essas hipóteses, mesmo porque, aqui o que chama a atenção é exatamente o contrário, perceber quanto essas áreas do setor terciário foram pouco enfatizadas pelo GT T&E. O trabalhador do comércio, dos transportes, da administração pública, do turismo, da área de divertimento praticamente não apareceram no GT T&E. Mesmo que se assuma a centralidade do setor industrial, haveria razões de sobra para que as pesquisas se debruçassem para *além da fábrica* (SANTANA; RAMALHO, 2003), até para o entendimento da rede que o setor produtivo estabelece.

(...) nos anos 80 [pesquisas contribuíram para] perceber que a expansão dos novos serviços estaria refletindo, em grande parte, a permanência da importância da indústria. Assim, a expansão do setor de serviços não expressaria a superação do setor industrial – ao contrário. (POCHMANN, 2002, p. 42)

Estudar o setor de serviços deveria no mínimo ser visto como complementaridade ao setor industrial. Quer dizer, o desprestígio do setor de serviços é uma contradição do GT.

Quando o GT optou por assumir a centralidade do trabalho para a educação – na própria denominação do GT – acabou permitindo e necessitando, por princípio, das mais variadas pesquisas sobre questões que envolvessem o trabalho e os trabalhadores. Na verdade, supostamente, a demanda não deveria se restringir nem mesmo às pesquisas imediatamente ligadas à educação. O leque de estudos do GT até se ampliaria. Mas, na prática não foi isso que ocorreu. Os estudos do setor de serviço, então, deveriam ser igualmente prestigiados, já que é também um setor em desenvolvimento, que também sofre com o incremento da “nova economia” (FIORI, 2001), que também passa por mudanças profundas e as mais discrepantes relações.

(...) que se pode observar um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo avançado. Por outro lado, ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; (...). (ANTUNES, 2003, p. 211)

E mais, o setor de serviços é um setor heterogêneo, importante para a reflexão da formação profissional, pois trata tanto de questões sobre qualificação profissional na sua forma simplificada, fragmentada até a mais complexa.

(...) parece haver uma polarização de empregos nos países industrializados e pós-industrializados, com declínio na proporção dos empregos qualificados na indústria, aumento dos empregos em alta tecnologia, muito qualificados, com base na ciência e nos serviços de informação e saúde, e aumento dos empregos em serviços de baixa

qualificação, especialmente os de limpeza, segurança e atividades de lazer (...)
(CARNOY, 2004: 17)

No GT, o maior problema não foi colocar os estudos do setor terciário em segundo plano, mas de estudá-los significativamente menos, pois, mais estudos seriam necessários para se fazer uma análise mais macro e/ou conjuntural da realidade do trabalho no Brasil.

O setor primário é ainda mais ausente no GT T&E, em parte isto se justifica pelo reconhecimento de que seja um setor subsumido pelo setor industrial; onde se encontra um número de trabalhadores proporcionalmente reduzido e que notadamente está “localizado” no campo, o lugar que a sociedade capitalista submeteu. Até mesmo o Brasil experimentou esta “revolução”:

O Brasil constitui uma das experiências mais exitosas de transformação do seu sistema produtivo no século 20. De uma grande fazenda geradora e exportadora de produtos primários até os anos 30 assumiu a posição de oitavo produtor industrial mundial, no fim da década de 1970. (POCHMANN, 2002, p.157)

Não obstante, também é de se estranhar como as questões que envolvem a economia do setor primário praticamente não foram estudadas no GT, também um lugar importante para a compreensão do trabalho e da formação profissional no Brasil. O Brasil é um dos maiores exportadores de grãos do mundo e ainda mantém 15,6% da mão-de-obra na agropecuária (cf. EXAME, 2003), em que pese o convívio com a realidade precarizada dos bóias-frias como também a da grande agropecuária que necessita de investimentos tecnológicos e trabalhadores de vários tipos, inclusive os qualificados. Em muitos casos as atividades da agropecuária estão ligadas em rede com as da indústria. E as questões sobre o trabalho extrativista não são poucas para a realidade brasileira. A demanda por pesquisa nestes setores também existe, a necessidade de novas denúncias, as questões sobre exploração do trabalho, sobre preservação do meio ambiente, etc. clamam por novas reflexões dos pesquisadores.

2.5.2 - A terceirização, as micro e médias empresas, o Terceiro Setor, trabalho informal e o desemprego

Outros temas são desprestigiados pelo GT T&E, a terceirização, as micro e médias empresas, o terceiro setor, as cooperativas de produção e de trabalho, o trabalho informal, o desemprego; o que também é sintomático para entender a produção acadêmica do grupo. Estes tipos de estudo não estão entre as principais escolhas do GT T&E, apesar do entendimento de muitos autores, que vêem importância desses temas para a área de TE e sociologia do trabalho.

Nas duas últimas décadas do século 20, a participação das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda passou a ser crescente, na marcha do processo de reestruturação das grandes empresas. Com as mudanças organizacionais e tecnológicas, através da terceirização do processo produtivo, estabelecimento de redes de produção, *just in time*, subcontratação de mão-de-obra, reengenharia, programas de qualidade total entre outros, as micro e pequenas empresas foram sendo reconhecidas como portadoras de modernidade, principal objeto de referência do novo paradigma técnico produtivo. (POCHMANN, 2002, p.49)

Num livro com um título sugestivo, *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, a professora Maria Augusta Tavares (*op. cit.*) mostra que os temas em questão precisam de novas análises, porque no capitalismo pós-90 confirmou-se que eles não se alojam mais na realidade marginal do sistema, mas participam de sua própria estrutura. Percebe-se isso quando ela traz sua reflexão sobre o trabalho informal:

Nesta pesquisa, a percepção da informalidade é apreendida pelo aviltamento ainda maior do trabalho assalariado submetido aos processos de terceirização, e pela ausência dos direitos trabalhistas vigentes em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis, embora o conteúdo das mesmas continue caracterizando a compra e venda da força de trabalho. Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcionam enquanto parte de sua organização produtiva. (TAVARES, 2004, p. 10)

De qualquer forma, o GT T&E trouxe poucos trabalhos com esta temática.

Ratifica-se, o GT T&E não prioriza esses assuntos do mundo do trabalho, apontados por muitos como importantes para o entendimento da realidade do trabalho.

Alternativa *limitadíssima* para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela vigência da lógica destrutiva da sociedade contemporânea, o “terceiro setor” tem, entretanto, merecido reflexão em diversos países. Especialmente EUA e Inglaterra, onde é também um exemplo da exclusão do trabalho do sistema produtivo, em função do aumento do *desemprego estrutural*, uma vez que o “terceiro setor” incorpora uma parcela relativamente pequena daqueles trabalhadores que são expulsos do mercado de trabalho capitalista. (ANTUNES, 2003, p. 113)

Entres esses assuntos um também foi pouco encontrado entre os textos do GT T&E, que foi a questão do desemprego. Embora seja também um assunto dado por muitos pesquisadores do mundo do trabalho como imprescindível ao entendimento da realidade dos trabalhadores atualmente.

O que parece estar em jogo quando se leva em conta essa multiplicidade de formas de subutilização do trabalho? O fato de que o desemprego não apenas aumenta o seu volume e diversifica a sua forma, mas atinge desigualmente os indivíduos segundo as suas características de sexo, idade, categoria socioprofissional e escolaridade, variáveis tão caras à análise sociológica e sociodemográfica das desigualdades. (GUIMARÃES, 2003, p. 189)

De nossa amostra, somente dois textos tinham como cerne a questão do desemprego. Com apenas esses textos o GT T&E mostra que ainda está num movimento incipiente em relação ao tema desemprego. Os dois trabalhos são de momentos muito recente do GT T&E, um é de 2003 e o outro é de 2004, o que pode sugerir uma nova tendência de análise que pode ser averiguada nos próximos anos. Não obstante, pelo que foi a década de 90 (FIORI, 2001), o tema desemprego, supunha-se que não deveria ter sido tão desprestigiado pelo GT T&E. Hoje, cresce a percepção que não somente o posto de trabalho, mas também o momento do desemprego demanda qualificação; algo resultante não somente do questionável conceito de “empregabilidade”. Segundo Rodrigues (1998), empregabilidade é: *a capacidade de estar apto a se integrar, caso seja necessário, ao reduzido espaço do emprego, cada vez mais precário.* –, mas também por conta de outras “realidades” do trabalho, como o trabalho temporário, o trabalho por demanda, o trabalho em casa etc. (SENNETT, 2001; HARVEY, 1996). O que também pode ser percebido pelos inúmeros programas governamentais a respeito (BRASIL, s/d.). Ainda que seja para a crítica, não parecem ser assuntos que o GT T&E possa prescindir. Voltando-se à questão do “Terceiro Setor” e de que forma este vem se tornando importante para a economia num todo, acima mostramos como alguns autores, como Antunes, vêem a necessidade de entendimento deste setor, ainda que com ressalvas e desconfianças. Assim, também é interessante apontar a pouca presença de estudos no GT T&E de uma das partes mais importantes do terceiro setor: as Organizações Não Governamentais – ONGS. As ONGS hoje participam dos mais variados espaços e modalidades educativas, inclusive da educação profissional, mas por enquanto é um tema desprestigiado no GT.

(...) é então possível assistir o surgimento de uma série de instituições – como as ONGs – que, em seu conjunto, exerce um papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Trata-se do “terceiro setor”, que passa a ocupar um espaço entre o mercado e o Estado, marcando a existência de uma esfera entre o público e o privado, isto é, uma esfera pública não-estatal. (...)

No campo da educação profissional, a participação das ONGs ocorre de maneira mais expressiva a partir de 1995, com a implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) (...). (DELUIZ *et al*, 2004, p. 26-27)

Não dá para dizer que no GT T&E há assuntos proscritos, mas certamente há assuntos pouco enfatizados. E o interessante é que aparecem pouco até mesmo para receberem críticas ou serem problematizados, ainda que a realidade e diferentes estudiosos mostrem a necessidade de outras orientações.

2.5.3- História, análise macro e conjuntural, os estudos de (um) caso

Os trabalhos históricos praticamente não existem no GT T&E. Trabalhos que tragam a história da educação profissional, ou da realidade do trabalho e do trabalhador no Brasil por um determinado período, ou do desenvolvimento da indústria brasileira, ou de experiências no mundo do trabalho etc. não são vistos de forma sistemática no grupo, apesar de, historicamente, estar em uma das diretrizes dos estudiosos da área TE¹⁰:

Educação e trabalho: teoria e história

[Sub-item 2] Evolução histórica do conceito de trabalho: - evolução do conceito de trabalho a partir das práticas produtivas e das lutas sociais; (...)

[Sub-item 3] A relação trabalho e educação: - análise histórica da relação trabalho e educação; (...)

[Sub-item 4] Reconstrução histórica da relação trabalho e educação: - a relação entre as políticas de trabalho, as políticas educacionais e as propostas pedagógicas; - a questão cultural do trabalho (o plano simbólico); - trabalho e ideologia; - as estratégias de articulação entre educação e trabalho desencadeadas pelo Estado, pelo patronato e pelos trabalhadores; a relação destas estratégias com as políticas para o setor; as propostas pedagógicas embutidas nestas estratégias. (KUENZER, 1991, p. 97-98)

Análise histórica das políticas de profissionalização definidas pelo Estado e das práticas adotadas pelas agências/instituições, à luz do movimento do capital, dos processos de trabalho e das reivindicações dos trabalhadores. (ibid.: 99)

Análise histórica do desenvolvimento do processo de produção e suas relações com a educação do trabalhador. (ibid., p. 101)

Poucos foram os trabalhos em que a abordagem histórica apareceu. Por exemplo, de seis trabalhos selecionados por serem nitidamente históricos, dois deles resgataram uma memória do início do século. Enquanto que os demais utilizaram de uma historicização com o objetivo principal de entender conceitos do presente. De qualquer forma é surpreendente encontrar tão poucas análises históricas num grupo de perfil marxista. Em que pese à necessidade de qualificar algumas denúncias e corroer visões reificadas.

¹⁰ **Temas para investigação.** Em fevereiro de 1986, quando Kuenzer assumiu a Coordenação de Educação e Trabalho no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com a responsabilidade de elaborar um programa de pesquisa para a área, organizou um Encontro de Pesquisadores que deveria, a partir de uma discussão da produção na área, identificar as lacunas com o objetivo de propor temas para investigação. Este Encontro, que durou quatro dias durante o mês de abril, em função de sua peculiaridade, acabou por se tornar um marco importante para os pesquisadores na área. (KUENZER, 1991, p. 91)

Dentre as características observadas, uma outra também evoca a atenção, por ter tido pouca presença, e, principalmente, por ser o contraponto a todas as outras, que são os trabalhos de “análise macro ou conjuntural”. Entendemos como sendo “análise macro ou conjuntural” toda aquela que reflita o mundo do trabalho de forma mais horizontal, mais panorâmica, que de algum jeito intermedeia os trabalhos teóricos e os trabalhos empíricos, que fazem estudos comparados e se utilizam de dados estatísticos mais amplos. E que também seria uma das metas estabelecida por pesquisadores da área de TE:

A análise da questão da relação trabalho/profissionalização [por exemplo] evidenciou a necessidade de um mapeamento indicativo da situação atual da formação profissional no país (...). A ênfase deste mapeamento deverá residir no seu aspecto qualitativo, de modo a revelar a natureza e as articulações sociais mais amplas, das agências/iniciativas de formação profissional, o que exigirá o enfrentamento de alguns problemas conceituais mediante a explicitação de categorias básicas de análise. (KUENZER, 1991, p. 94)

Há poucos trabalhos no GT T&E que já saem no sentido de realizar uma análise mais panorâmica. Para nós este é um dos pontos mais emblemático que a pesquisa deste artigo se deparou. Os trabalhos empíricos foram muito marcados por “estudos de (um) caso”. Talvez aqui esteja a principal contradição sobre a análise que estamos fazendo sobre a produção escrita do GT T&E até agora. O GT T&E está polarizado em trabalhos teóricos de um lado, empenhados na revisão do marxismo; e do outro lado estão os trabalhos empíricos concentrados nos estudos de caso¹¹ da indústria e de seu trabalhador.

2.5.4 - Temas à margem, questões raciais, de gênero...

A maior parte dos questionamentos feitos até aqui sobre a produção do GT T&E procuraram caminhar próximos de suas (supostas) próprias contradições, sobre aquilo que se esperava encontrar e não se encontrou, sobre as justificativas feitas em bases teórico-empíricas questionáveis, sobre posicionamentos e abordagens etc. Porém, há alguns temas à margem no

GT T&E, que não necessariamente estão ligadas a alguma contradição, mas que podem revelar alguns pontos de sua identidade, que podem ajudar em sua avaliação, no seu entendimento. Na

¹¹ E com mais um alerta, agora da professora Cláudia Fonseca (1999) com o artigo “Quando cada caso NÃO é um caso”. Ela argumenta que o estudo de caso não é aconselhável para toda e qualquer situação mas, quando é aplicado temos interesse em aplicá-lo de forma competente. (*ibid.* p.59) Importante também foi perceber que um “Estudo de Caso” exige uma inserção qualificada, que mesmo quando tudo é favorável exige muito tempo. O “Estudo de Caso” exige um tempo para apreender o “dito” e o “não dito” pelos pesquisados. Um tempo em que, na maior parte das vezes, é difícil de se obter, o que acaba trazendo o risco de ver a “pesquisa de campo” se reduz[ir] a entrevistas quase terapêuticas entre apenas duas pessoas. (*ibid.* p. 62)

verdade, não dá para exigir que o GT T&E dê “conta de todos os temas”, por isso que até aqui este artigo tentou fazer questionamentos sobre aqueles pontos que advieram de expectativas engendradas pelo próprio GT T&E, preferencialmente a partir de seus autores-referência.

Assim, há temas que também estão ligados ao mundo do trabalho que praticamente não apareceram no GT T&E, como por exemplo: as questões ligadas à raça/etnia, as questões ligadas ao gênero, o trabalho infantil, etc. Temas que noutros espaços de pesquisa sobre o trabalho tem obtido bastante destaque. As hipóteses para o porquê do desprestígio desses temas são inúmeras, aqui por conta do movimento de análise que fizemos com a produção do GT T&E, mantém-se a hipótese: de que as escolhas (e não escolhas) do GT T&E se dão a partir da influência da tradição teórico-analítica-metodológica (em contraposição à “realidade”) sobre a produção do GT.

Vale, como exemplo, trazer a contribuição de uma importante referência da área, Helena Hirata, para mostrar que novos temas urgem e demandam por novas análises, como a questão de gênero:

(...) a figura central e arquetípica sempre foi a do operário do sexo masculino da grande empresa industrial. Pesquisas suscitadas pelo crescimento do setor terciário e pelo desenvolvimento espetacular do trabalho feminino nos serviços e no comércio, assim como a diminuição regular [ela se refere à França, mas sua reflexão não se restringe a este país] do número de operários na estrutura social contribuíram para abalar essa figura arquetípica. (HIRATA, 2003, p. 16)

Hirata mostra que houve uma mudança significativa na realidade, de tal modo que as pesquisas precisam ficar atentas para contemplar novas realidades, que possam ir além da figura arquetípica do operário masculino da indústria – a figura que o GT T&E se debruçou mais.

Há determinados pontos na teoria marxista que nos permitem entender o porquê de determinadas pesquisas sejam desprestigiadas, veja-se, por exemplo, a questão da raça:

Os conceitos de raça e de relações raciais estão necessariamente entre os que parecem suspeitos aos sociólogos marxistas. De um lado, eles parecem sugerir explicações biológicas ou, pelo menos, culturalistas dos fenômenos sociais e institucionais. Por outro lado, parecem referir-se a formas de vínculo social em certos contextos políticos, as quais competem com as que se originam das formações de classes. Uma explicação marxista da raça como fator atuante na política tem, portanto, de voltar-se para as relações que existem entre o que se pode considerar como relações institucionais normais com origem na formação de classes e os tipos de situação nas quais entende-se estarem em jogo “relações raciais”. (BOTTOMORE, 2001, p. 310)

A citação do dicionário de Bottomore nos permite refletir que a não escolha do GT T&E tem respaldo também na teoria marxista (mas, longe de ser um consenso, cf. SAFFIOTI, 2005). Para

o marxismo, questões de gênero, raça, exploração infantil, etc. estão subsumidas à questão da classe social. A pergunta que pode ser feita é a seguinte: ainda que esses temas sejam tratados de forma subordinada à questão da classe social, num marxismo ortodoxo ou não, pode-se preterir esses estudos?

2.5.5 - A *Contra-hegemonia*

Aqui indicamos como “contra-hegemônico” o que está em consonância à seguinte passagem da Kuenzer:

Encontrar formas viáveis para enfrentar concretamente a questão da educação do trabalhador que é cidadão, aproveitando as contradições que o processo pedagógico capitalista apresenta e tentando romper com o seu círculo de dominação, é uma tarefa política da maior relevância, a ser assumida coletivamente pelos trabalhadores e pelos intelectuais comprometidos com seus interesses. (KUENZER, 2002, p. 199)

Os trabalhos de crítica que o GT T&E trouxe, desde os teóricos quanto os que denunciavam a “Pedagogia da Fábrica” poderiam ser também agrupados no que seria o conceito de contra-hegemonia (COUTINHO, 1996), porém, aqui estamos agrupando aqueles que trouxeram uma pesquisa voltada às experiências de resistência ou renovadoras dos próprios trabalhadores ou às diferentes proposições e realizações de formação alternativas à perspectiva dominante.

Poucos foram os estudos que destacam uma “contra-pedagogia da fábrica” ou uma reação à hegemonia dos *homens de negócio*. As hipóteses sobre o porquê de haver poucos estudos sobre experiências contra-hegemônicas podem ser inúmeras, desde o enfraquecimento da perspectiva de esquerda, à institucionalização dos movimentos populares etc. Ainda que seja difícil precisar (sobretudo previamente) o que seria uma experiência contra-hegemônica, é certo que as experiências em que o próprio trabalhador ou o educador crítico era o principal agente responsável praticamente não foram estudadas (ou são difíceis de serem encontradas). Obviamente, não se pode esperar que as experiências contra-hegemônicas apareçam mais do que as hegemônicas, sendo assim, temos, a partir dessa constatação, um novo questionamento: será que o GT T&E não insiste demasiadamente em fazer denúncias (ainda que necessárias) em detrimento de estudos sobre atividades, ações, propostas alternativas ao atual modelo hegemônico?

3- Considerações finais: a análise de um hipertexto e os desafios de se pesquisar em educação

A intenção maior deste artigo foi a de ler o conjunto de textos do GT T&E, a que chamamos de “hipertexto”, para depois, através dos elementos e das características encontradas, justificar a nossa interpretação. A possibilidade de se cometer injustiças neste tipo de análise foi alertado desde o início, porque há o reconhecimento de que nenhum dos trabalhos se restringe ao que deles apreendemos. Por conta disso mesmo, era necessário tomá-los juntos, de uma só vez, para tentar entender o que repetiam, o que omitiam, o que escolhiam, o que negligenciavam, etc. Quer dizer, é uma leitura de um único texto, com continuidades e rupturas, assinado por um autor institucional, o GT T&E. A leitura, com seu inevitável viés, quiçá não comprometedor, mais do que levantar virtudes, procurou formular questionamentos, para que estes pudessem encontrar ou sugerir contradições, procurou contribuir criticamente a um movimento de avaliação.

A produção acadêmica que o GT T&E apresentou, no período estudado, tem características bem marcantes, bem delineadas. Por isso – tendo a dialética como princípio, meio e fim – as contradições não somente foram esperadas, mas foram bem-vindas, pois a partir delas é que se conseguem novos olhares e novas reflexões sobre a realidade, que não é estática e nem compreensível de uma vez por todas.

Somos seres de carne e osso, seres vivos, engajados na aventura de viver. Existimos agindo, tomando decisões, fazendo escolhas, tomando iniciativas, trabalhando, utilizando na nossa atividade o imprescindível (embora precário) conhecimento disponível. É na prática, na realização dos nossos projetos, que checamos a justeza de nossos pensamentos e a verdade dos conhecimentos em que nos apoiamos. (KONDER, 2002, p. 261)

Este estudo sobre a produção escrita do GT Trabalho e Educação da Anped chegou a conclusões – que julgamos importantes – que talvez possam contribuir para a realização de novas pesquisas ou novos caminhos.

Percebeu-se que o autor GT T&E preferiu os textos teóricos de um lado e os estudos de caso da indústria do outro, não prestigiou a educação básica, investiu menos nas análises conjunturais e panorâmicas, encontrou poucas propostas alternativas à escola e às políticas públicas. Não obstante, há reflexões que vão continuar, ainda motivadas pela questão: será que os estudos da área de “Trabalho e Educação” não estão aprisionados a uma tradição teórico-metodológica?

Sobre a revisão do marxismo, muito presente no hipertexto do GT T&E, vale trazer a seguinte passagem de Giannotti:

Hoje em dia costumam-se distinguir os conceitos elaborados pelo próprio Marx, ditos “marxianos”, de suas interpretações posteriores, responsáveis pelo tecido do marxismo.

Convém, todavia, evitar que, graças a essa distinção verbal, alguém possa reivindicar o monopólio de uma interpretação. Prefiro abandonar de vez a pretensão de ter atingido o coração do pensamento do autor. Além do mais, como uma obra só pode tomar corpo em virtude das perguntas que levanta e encaminha, é bom preparar-se para encontrar alguma continuidade entre o que é dito “marxiano” e “marxista”. (2000, p. 14)

Dessa forma tentamos levar a nossa análise, mais do que oferecer mais uma interpretação fiel de Marx, desejamos mostrar as várias possibilidades em Marx. Certamente que há interpretações que são equivocadas, porém muitas não são e nem por isso são unívocas. E que por conta disso muitas das escolhas do GT T&E não estão presas à teoria marxista (num sentido mais lato) e sim a uma tradição analítico-metodológica (num sentido mais estrito), talvez de seus fundadores, talvez de seus seguidores (nosso próximo estudo).

O GT T&E prestigia determinados assuntos, constituindo o que nós chamamos de “domínios consagrados” e constrói isso num movimento significativo de voltar a si mesmo, procurando as respostas para as novas questões que demandam a realidade nas referências teóricas peculiares e próprias ao próprio grupo. O que não necessariamente significa mérito ou demérito. Por uma analogia às avessas pode se pensar num grupo que se sustente exatamente ao contrário, que se faz num movimento exógeno, em que procura sua legitimidade nas referências externas, na novidade, no estrangeirismo, na perspectiva eurocêntrica. O problema será sempre o extremismo destes movimentos, o excesso de uma perspectiva analítica endógena ou de uma exógena possui grande possibilidade de se distanciar da realidade e abandonar o debate mais producente.

Sobre o estudo da Educação Formal, da escola em si, esta sempre trouxe problemas importantes aos pesquisadores em educação, talvez até de ordem epistemológica, pelo menos sobre a validade do conhecimento que a partir dela se produz. A escola tem sempre por detrás dela questões como a reprodução ou não da sociedade, de ser ou não uma extensão ideológica do Estado, de ser dual, de ser voltada ou não ao trabalho, etc. Quer dizer, sendo uma instituição específica dentro da sociedade capitalista, há sempre questões que a antecede, desde as mais estruturais quanto as mais conjunturais, tanto na teoria quanto na prática. Um não-marxista, Bourdieu, pode contribuir agora:

Penso que, em sociologia, muita gente trabalha em caixas vazias. Porque o essencial dos fatores explicativos está do lado de fora, muito longe. Por exemplo: você estuda os problemas escolares num subúrbio, mas o problema está na Escola Nacional de Administração (ENA). Se você estuda violência numa favela ou num subúrbio de Amsterdã, o problema pode estar no FMI. Sei que estou exagerando, mas acredito que é preciso chamar a atenção para esses fatos. (BOURDIEU, 2002, p.33)

Por conta disso, há uma tendência forte dos próprios pesquisadores da escola de se prestigiar as questões anteriores a ela, mesmo porque as questões dela podem ser menores. Kuenzer de alguma forma alertou sobre isso, quando os pesquisadores acatam categoricamente essa visão:

Sem entrar no mérito da análise da qualidade da nossa produção, que certamente apresenta, como em qualquer área, trabalhos de todos os níveis, é importante considerar que não nos tornamos economistas, sociólogos, administradores, cientistas políticos, mas muitos de nós perderam a sua identidade de pesquisadores em educação (KUENZER, 1998, p. 71)

Os desafios, portanto, para se pesquisar em educação não são nada fáceis, deve-se o tempo todo resistir às tentações, a de se valer somente das questões anteriores à escola e acabar não produzindo uma “teoria pedagógica” (conforme a sugestão de Arroyo, 1998); assim como a tentação, do outro extremo, de se fazer somente estudos pontuais, em que as conclusões não podem se estender. Enfim, “Nem tanto ao mar e nem tanto à terra”.

Não obstante... *Eppur si Muove!* (Ainda assim, ela se move – Galileu Galilei em 1633).

Referências

ANPED. *25 anos. (até 23ª) Histórico*. Caxambu/MG, 2002. 1 CD-ROM.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 24., 2001, Caxambu/MG. *Intelectuais, conhecimentos e espaço público*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2001. 1 CD-ROM.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 25., 2002, Caxambu/MG. *Educação: manifestos, lutas e utopias*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2002. 1 CD-ROM.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 26., 2003, Poços de Caldas/MG. *Novo governo. Novas políticas*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2003. 1 CD-ROM.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 27., 2004, Caxambu/MG. *Sociedade, democracia e educação: qual universidade?* Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. 1 CD-ROM.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 27., 2001, Caxambu/MG. *Sociedade, Democracia e Educação: qual universidade? Resumo dos Trabalhos*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004b.

ANPED - REUNIÃO ANUAL, 28., 2005, Caxambu/MG. *40 anos da Pós-graduação em Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2005. 1 CD-ROM.

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, (1999) 2003.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ARROYO, Miguel. Trabalho–educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- BOTTOMORE, Tom. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. *Plano Nacional de Educação Profissional*. Brasília, DF. [s/d]
- CARNOY, Martin. *A educação na América Latina está preparando sua força de trabalho para as economias do século XXI?*. Brasília, DF: Unesco Brasil, 2004.
- COUTINHO, C. N. Gramsci, o marxismo e as ciências sociais. In: *marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 91-120.
- DELUIZ, Neize; et al. Trabalho, meio ambiente e educação: um estudo das práticas educativas das ONGs. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 23-34, jan./jun.2004.
- DREIFUSS, René A. *Época das perplexidades*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- DRUCKER, Peter. Produtividade: a chave do futuro. *Diálogo*, São Paulo, v. 26, n. 4, 1993.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- EXAME. *Mundo em dados 2003*. São Paulo: Abril, 2003.
- FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. *Dicionário da educação profissional*. Belo Horizonte: NETE, 2000.
- FIORI, J. L. *60 lições dos 90*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 58-78, jan./fev./mar./abr.1999.

- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: EdUnesp, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes 1998.
- _____. *A produtividade da escola improdutiva*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez 1995.
- _____. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIANNOTTI, J. A. *Certa herança marxista*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.) *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- HARVEY, David. *Condição pós moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HIRATA, Helena; Maruani, Margaret. *As novas fronteiras da desigualdade*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia da Letras, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.
- _____. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 6.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 2002.
- _____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- _____. *Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão*. Brasília, DF: INEP, 1991.

- MARX; ENGELS. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Escrita, 1968.
- NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- OFFE, C. Trabalho a categoria chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n. 10, jun./1989.
- POCHMANN, Márcio. *E-trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.
- RODRIGUES, José. Pensamento pedagógico industrial. In: ANPED, 21., 1998, Caxambu. *25 anos*. Rio de Janeiro: ANPED 2002. 1 CD-ROM.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento. *Dossiê Crítica Marxista*, n.71. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/04helei.pdf>>. Acesso em: 10 outubro 2005.
- SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.; SAVIANI, Demerval. (Org.). *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. (Org.). *Além da fábrica*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane F. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XVIII, n. 61, p. 13-35, dez.1997.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TORRES, Carlos Alberto. *Democracia, educação e multiculturalismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. *Revista Brasileira de Educação*, Anped, n. 24, p. 140-164. set./out./nov./dez. 2003.

Apresentado ao Conselho Editorial em 04/01/2006, aprovado em 22/03/2006